

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

LUCCA SIMEONI PAVAN
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

LUCCA SIMEONI PAVAN

(Organizador)

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T314	As teorias econômicas e a economia aplicada [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-32-1 DOI 10.22533/at.ed.321181109 1. Economia. 2. Política econômica. I. Pavan, Lucca Simeoni. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é um ramo científico diferente dos demais. Ela se enquadra em uma ciência de núcleo duro, em que as técnicas matemáticas e estatísticas dão suporte ao seu desenvolvimento teórico e aplicações empíricas, entretanto, o estudo da economia não se limita somente a este núcleo. Dado que seu objeto de estudo são as interações humanas, ela não permite a aplicação cega de conceitos puramente matemáticos. Isso acontece por que o ambiente econômico não é um laboratório onde podemos controlar todos os fatores que possam interferir nos resultados de determinado estudo, fato possível na física e na química por exemplo.

A sociedade possui relações extremamente complexas que são impossíveis de serem reproduzidas com a exatidão necessária às ciências exatas. Porém, é com esta complexidade das relações humanas que a ciência econômica busca lidar. Para isso, ela se baseia em uma metodologia própria que visa equilibrar a exigência e rigor das ciências exatas com a complexidade e subjetividade das relações humanas.

Várias formas de abordagem científica fazem parte do contexto da ciência econômica, como estudos histórico-filosóficos e pesquisas aplicadas. Atendendo à essa diversidade existente na ciência econômica, este livro reúne os mais variados trabalhos, seja no que se refere à técnica de estudo utilizada ou o tema de pesquisa abordado. Digo isso para ressaltar a relevância desta coletânea de artigos, mostrando os mais variados temas e formas de se investigar os fenômenos associados ao ambiente econômico.

O livro não está organizado conforme um único critério, dada a diversidade de temas e métodos que ele apresenta. Aqui o leitor poderá encontrar artigos que usam a metodologia de economia regional e econometria espacial para estudar a relação entre “bancarização” e desenvolvimento econômico, por exemplo. Questões sobre o comércio com outros países também são abordadas usando esta metodologia. Questões de tributação e financiamento do desenvolvimento também são tratadas nos artigos incluídos nesta edição.

Alguns trabalhos aplicados que usam técnicas econométricas também estão contidos neste livro. Os temas também são diversos, sendo relacionados ao setor agropecuário na forma de análise de preços de commodities ou da produção do setor agropecuário. A questão ambiental também se insere dentre os temas abordados, seja na forma de estudos de viabilidade de geração de energia ou de estudos sobre inovação e gestão organizacional no setor de produção de combustíveis.

Neste livro constam trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, do Sul ao Nordeste, mostrando que além da diversidade de temas e métodos, a ciência econômica está bem difundida no território nacional e contribui com o desenvolvimento de todas as regiões do país.

Por fim, desejo ao leitor um bom proveito dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a qualidade dos artigos selecionados e a diversidade de temas e métodos

utilizados. Com certeza este livro servirá de suporte para muitos pesquisadores que estejam inseridos na mesma área de pesquisa dos artigos aqui contidos. Sem dúvida os trabalhos servirão de inspiração para novos pesquisadores em economia ou como complemento nos estudos em andamento.

Lucca Simeoni Pavan, Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A “BANCARIZAÇÃO” E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ABORDAGEM ESPACIAL PARA O ESTADO DO PARANÁ	
<i>José Rodrigo Gobi</i>	
<i>Pietro André TelatinPaschoalino</i>	
<i>Luiz Guilherme de Oliveira Santos</i>	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>José Luiz Parré</i>	
CAPÍTULO 2	20
DETERMINAÇÃO DE UMA REGIÃO NO ESTADO DO PARANÁ: APLICAÇÃO DA TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO	
<i>Andréia Ferreira Prestes</i>	
<i>Renata Cattelan</i>	
<i>Marcelo Lopes de Moraes</i>	
CAPÍTULO 3	40
EFEITO DO GERADOR E TRANSBORDAMENTO DE IMPOSTOS INDIRETOS NA ECONOMIA DE SANTA CATARINA EM 2004	
<i>Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues</i>	
<i>Auberth Henrik Venson</i>	
<i>Marcia Regina Gabardo da Camara</i>	
<i>Paulo Rogério Alves Brene</i>	
<i>Umberto Antônio Sesso Filho</i>	
CAPÍTULO 4	59
O FNE COMO FONTE FINANCIADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Wesley Santos</i>	
<i>Elmer Nascimento Matos</i>	
CAPÍTULO 5	76
O INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
<i>Tatiani Sobrinho Del Bianco</i>	
<i>Jandir Ferrera de Lima</i>	
<i>Camilo Freddy Mendonza Morejon</i>	
CAPÍTULO 6	98
A RELIGIÃO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA O PARANÁ DE 1991 A 2010	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>Ednaldo Michellon</i>	
CAPÍTULO 7	119
TRANSMISSÃO ASSIMÉTRICA DE PREÇOS: O CASO DO MERCADO DE ETANOL PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO PARANÁ	
<i>Lucca Simeoni Pavan</i>	
<i>Alessandro Garcia Bernardelli</i>	
CAPÍTULO 8	135
ANÁLISE DO NÍVEL DA ATIVIDADE AGROPECUARISTA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	
<i>James José de Brito Sousa</i>	
<i>Alysson de Brito Araújo</i>	
<i>Maria de Jesus Gomes de Lima</i>	

CAPÍTULO 9	151
AS MICRORREGIÕES DE CHAPECÓ, CONCÓRDIA E XANXERÊ E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO RURAL	
<i>Sérgio Begnini</i> <i>Lirane Elize Denfante Ferreto de Almeida</i>	
CAPÍTULO 10	173
ANÁLISE COMPARATIVA DE SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA E SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Tatiane Dinca</i> <i>José Carlos Marcos</i> <i>Carlos Alberto Piacenti</i>	
CAPÍTULO 11	190
INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – A GESTÃO AMBIENTAL	
<i>Jacks Williams Peixoto Bezerra</i>	
CAPÍTULO 12	213
INSTRUMENTOS NORMATIVOS E ECONÔMICOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECURSOS HÍDRICOS: UM OLHAR SOBRE O ESTADO DO CEARÁ	
<i>Rárisson Jardiel Santos Sampaio</i> <i>Ivanna Pequeno dos Santos</i>	
CAPÍTULO 13	228
CRIMINALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA PARA OS COREDES NO ANO DE 2010	
<i>Ewerton da Silva Quartieri</i> <i>Maicker Leite Bartz</i> <i>Gabrielito Reuter Menezes</i>	
CAPÍTULO 14	240
FENÔMENO OU RAÍZES: A POBREZA COMO PARTE DO BRASIL	
<i>Alex Eugênio Altrão de Moraes</i>	
CAPÍTULO 15	253
EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR INFANTOJUVENIL A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ.	
<i>Isabelle Bezerra Bem</i>	
CAPÍTULO 16	268
NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	
<i>Everaldo da Silva</i> <i>Joel Haroldo Baade</i> <i>Rodrigo Regert</i> <i>Adécio Machado dos Santos</i>	
CAPÍTULO 17	282
INSERÇÃO COMERCIAL DO NORDESTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NORDESTINOS NA RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM O RESTO DO MUNDO NO PERÍODO ENTRE 2000 E 2015	
<i>Kassia Larissa Abrantes Alves</i> <i>Soraia Santos da Silva</i>	

CAPÍTULO 18	294
O PADRÃO DE INSERÇÃO COMERCIAL E A MUDANÇA NA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2000	
<i>Danniele Giomo</i>	
CAPÍTULO 19	301
POLÍTICAS SOCIAIS COMO PROPULSORAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	
<i>Maristela Dumas</i>	
<i>Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza</i>	
CAPÍTULO 20	323
REFLEXÕES SOBRE POTENCIALIDADES OU GARGALOS LOCAIS A PARTIR DA LEITURA DE ÍNDICES E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	
<i>Cláudio Machado Maia</i>	
<i>Myrian Aldana Vargas Santin</i>	
<i>Flávio Antonio Manfrin</i>	
<i>Nemésio Carlos da Silva</i>	
CAPÍTULO 21	339
POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OS CASOS BRASILEIRO E SUL-COREANO	
<i>Gabriela Garbi Bissacot</i>	
<i>Robson Luis Mori</i>	
CAPÍTULO 22	362
PRODUTIVIDADE EMPRESARIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: COMPARAÇÃO COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Camila Salvador</i>	
CAPÍTULO 23	382
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA: O CASO DA NATURA COSMÉTICOS	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Daniela Catarina de Borba</i>	
SOBRE O ORGANIZADOR	422

O FNE COMO FONTE FINANCIADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE PERNAMBUCO

Wesley Santos

Universidade Federal de Sergipe
São Cristovão/SE

Elmer Nascimento Matos

Universidade Federal de Sergipe/Departamento
de Economia
São Cristovão/SE

RESUMO: Este trabalho tem como proposta avaliar o impacto do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) na economia do estado de Pernambuco, no período entre 1989-2010. Objetiva nesse sentido verificar se a alocação espacial e setorial dos investimentos tem contribuído para uma melhor distribuição geográfica da atividade econômica cumprindo com o estabelecido pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Para tanto o nosso recorte territorial é por microrregiões com base na classificação do IBGE e nossa principal base de dados, além das fontes já citadas compreende também os relatórios de gestão e dados do FNE disponibilizados gentilmente pelo Ministério da Integração Nacional (MI), além dos dados obtidos através das publicações do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Através das análises, constatou-se que as aplicações dos recursos do FNE estão aumentando e ocorreram avanços nos direcionamentos dos recursos, mas existem

imperfeições na alocação destes e se fazem necessárias melhorias na distribuição espacial, por porte do beneficiário e nos setores produtivos que sejam mais estratégicos para o desenvolvimento da região. Concluímos que embora os recursos do FNE tenham peso considerável na estruturação da economia nordestina e do estado em questão, as suas ações foram muito mais condicionadas pela lógica do mercado, criando uma linha tênue entre o processo de planejamento e decisório e a execução da PNDR. Entretanto, é inegável a sua contribuição para desconcentração das atividades produtivas dentro da região, ainda que esta desconcentração esteja acontecendo de forma imperfeita e direcionada a poucas regiões e ainda que setores menos complexos sejam os maiores beneficiados.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento do desenvolvimento regional; Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; Economia pernambucana.

1 | INTRODUÇÃO

É notório que a forma como aconteceu a integração econômica entre as diversas regiões brasileiras e o centro da dinâmica industrial fez com que se tornassem mais evidentes os desequilíbrios inter-regionais. Entretanto, mesmo diante de uma maior concentração

das atividades produtivas no centro dinâmico, as outras regiões foram alcançadas pelo espraiamento de suas atividades, de maneira que não ficaram estagnadas, pelo menos no período que compreende desde os anos 30 até os anos 70, quando se apresentaram altas de crescimento. Por outro lado, com a criação do Plano de Metas (1956-1961) e seus investimentos, há um crescimento mais acelerado da cidade de São Paulo (centro dinâmico) ocorrendo uma maior concentração de atividades em seu território, sobretudo, em torno da chamada indústria pesada (MACÊDO e MATOS, 2008).

A partir dessas circunstâncias, cresce a necessidade de uma melhor articulação entre as demais regiões e esse estado que se consolida como polo dinâmico. Segundo Galvão e Vasconcelos (1999, p. 8), As regiões periféricas não tiveram grandes opções produtivas, pelo contrário caminharam no sentido de obter um papel complementar ao da economia polo, com poucas chances de multiplicação dos seus compartimentos produtivos. Dito de outra forma, elas passaram a depender do aproveitamento ou não das oportunidades recebidas da economia paulista.

De maneira que o resultado de tal processo redundou em maiores exigências no sentido de que fossem colocadas em execução políticas públicas capazes de minorar o excesso dessa concentração e logicamente diminuir as desigualdades entre São Paulo e as regiões menos dinâmicas. Assim, por meio do aparato institucional e com base em planos e incentivos ao desenvolvimento regional, a partir dos anos 60 regiões consideradas como de periferia conseguiram integrar-se ao processo produtivo.

Porém, por conta da crise do Estado e mediante a inflexão das políticas regionais, enfrenta-se o esvaziamento paulatino dos recursos que até então davam ao governo a capacidade de financiar o desenvolvimento regional e continuar como ator principal nesse processo. A visão de exaltação às leis de mercado contribuiu para que o Estado perdesse gradativamente o comando do planejamento e da coordenação das políticas necessárias ao desenvolvimento regional, em especial no caso do Nordeste.

Assim, como fruto desse momento de crise e da pressão exercida por certas representações inquietas com a falta de políticas direcionadas a promoção do desenvolvimento regionalizado, ainda no final da década de 80 surgiram os Fundos Constitucionais de Financiamento. Estes foram criados com objetivo de promover o aumento da produtividade, criar empregos, elevar as receitas e tornar mais equitativa a distribuição de renda. Isso incorporando recursos que teriam a sua aplicação voltada para o financiamento de setores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O presente trabalho está dividido em quatro sessões sobre este tema, contando com esse introito.

2 | FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO

Na Constituição Federal de 1988 foram destinados recursos da União através do IPI e IR para aplicar em programas de desenvolvimento regional, nas regiões Norte,

Nordeste e Centro- Oeste. Com o objetivo de garantir a promoção do desenvolvimento destas regiões, instituíram-se os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro- Oeste. Estes fundos visam aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar emprego, aumentar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda (VITARQUE, 2014).

Quanto aos recursos e aplicações, constituem fontes de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO): i) 3% (três por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, entregues pela União, na forma do art. 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal.

O FNE atua nos estados do Nordeste e no Norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo abrangidos pela área de atuação da SUDENE. O FCO atua na região Centro- Oeste do Brasil, abrangendo os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e o Distrito Federal, e o FNO, atua nos sete estados da região Norte. Os recursos são repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o Banco do Nordeste no caso do FNE, para o Banco da Amazônia (FNO), e no caso do FCO o Banco do Brasil, para que estes possam operacionalizar e administrar em cada região (www.integracao.gov.br).

São atribuições das instituições financeiras administradoras dos fundos: i) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelos respectivos conselhos deliberativos; ii) definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelos conselhos deliberativos de cada fundo; iii) analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir créditos; iv) formalizar contratos de repasses de recursos; v) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e aos respectivos conselhos deliberativos; vi) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (www.integracao.gov.br).

Em 2007 surgiu a proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) dando classificação as microrregiões e melhorando o direcionamento dos recursos. Através da PNDR, as microrregiões foram classificadas como sendo de alta renda, dinâmicas, estagnadas ou de baixa renda. O objetivo dessa classificação é destinar os recursos para as regiões de menor renda.

Para a definição desta classificação, utilizou-se de uma escala microrregional de acordo com a divisão do IBGE, com duas variáveis para avaliar o grau de desenvolvimento econômico. A primeira analisa a faixa de renda de cada microrregião

segundo a renda domiciliar média per capita do censo de 2000, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios, pensões, etc.) e a segunda a taxa geométrica de variação do PIB por habitante. (www.integracao.com.br).

As microrregiões da alta renda, são as que têm alto rendimento domiciliar por habitantes, que independe do dinamismo observado. As microrregiões dinâmicas são aquelas com rendimentos médios e baixos, mas que a dinâmica da economia é significativa. As microrregiões estagnadas são as que possuem rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico e as microrregiões de baixa renda, rendimento domiciliar baixo e dinamismo também baixo. As microrregiões que são consideradas prioritárias segundo esta classificação são as três últimas (www.integracao.com.br).

3 | A ATUAÇÃO DO FNE NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Das mais de 3,5 milhões de operações realizadas com os recursos do FNE desde a sua criação até o ano de 2010, o estado de Pernambuco respondeu por uma média de 11% dessas operações e 12,5% dos valores contratados (Tabela 1). Os valores médios dos financiamentos efetuados em Pernambuco são menores que a média dos valores em comparação a outros estados: o valor unitário médio de cada operação efetuada no estado foi de R\$ 33,4 mil, no entanto, para o conjunto dos demais estados beneficiados pelo Fundo, o valor foi de R\$ 17,9 mil e para o total do FNE, neste caso incluindo o estado de Pernambuco, foi de R\$ 18,2 mil.

Período	Participação de Pernambuco no total do FNE (%)		Custo unitário médio das contratações (R\$)		
	Operações	Valores contratados	Pernambuco	FNE	FNE-PE
1989/1994	4,4	13,1	89.914	29.831	27.098
1995/2000	16,2	12,9	10.959	12.653	14.353
2001/2005	11,5	10,1	11.447	12.797	13.103
2006/2010	11,2	13,7	21.532	17.677	17.189
Média	10,8	12,4	33.463	18.239	17.935

Tabela 1 - FNE*:

Participação do estado de Pernambuco nas operações e contratações e valor unitário médio das contratações 1989 - 2010

Fonte: SIG/MI Fonte: SIG/MI www.integracao.gov.br

*Inclui partes de Minas Gerais e Espírito Santo inseridas na área de abrangência do FNE. Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2010.

Entre 1989 e 1994, período anterior à criação do Plano Real, há um maior custo unitário médio para todo o FNE, mas no caso de Pernambuco este custo supera em mais de 100% o custo referente às contratações do conjunto dos demais estados. Isso pode ser explicado pelo baixo número de operações realizadas no período,

apenas 9.094 operações correspondendo a 4,4%. O que pode ser resultado da menor capilaridade dos recursos nos anos iniciais de atuação do FNE e do baixo dinamismo da economia brasileira à época.

Por outro lado, o percentual de valores contratados revela que ao longo do tempo, embora a participação estadual nos financiamentos não tenha sofrido mudanças tão expressivas, Pernambuco desde a criação do FNE tem mantido o seu padrão médio tanto em operações, quanto em valores contratados. Fato a considerar é que entre 1995 e 2000, houve queda no custo médio das contratações como resultado do aumento das operações em relação ao período anterior. Foram 70.355 operações para quais se destinaram mais de R\$ 770 milhões. De sorte que, somente entre 2001 e 2005 as contratações estaduais ultrapassaram mais de R\$ 1 bilhão para entre 2006 e 2010 chegar ao montante de R\$ 5 bilhões e mais de 235 mil contratações efetuadas.

Em Pernambuco, como é possível verificar na Tabela 2, as operações e contratações em função do porte de tomadores revela que a maior parte das operações foi feita por tomadores de menor porte, no mesmo percentual que no conjunto do FNE, 99,2%. Entretanto, os valores contratados são bastante inferiores indicando um descompasso entre operações e distribuição de valores para tomadores desse porte, apenas 25,2% no estado e 13,5% na relação PE/FNE.

Por sua vez, os tomadores de grande porte, mesmo sendo responsáveis por uma pequena parcela das operações 0,2%, são os que mais concentraram financiamentos. Mais de 60% dos valores financiados em Pernambuco entre 2000 e 2012 foram direcionados a tomadores e, por conseguinte empreendimentos de grande porte, tal concentração em volta desses tomadores ultrapassa o percentual para todo o conjunto do FNE.

Porte	Distribuição das operações realizadas (%)			Distribuição dos valores contratados (R\$)		
	PE/FNE	PE	FNE	PE/FNE	PE	FNE
Mini, Micro, Pequeno	11,6	99,2	99,2	13,5	25,2	28,1
Médio	11,2	0,6	0,6	12,5	12,5	15,1
Grande	8,4	0,2	0,2	16,5	62,2	56,8
Total		100	100		100	100

Tabela 2 - FNE*:

Pernambuco e demais estados - nº de operações realizadas e distribuição dos valores contratados por porte de tomadores - 2000-2012

Fonte: SIG/MI www.integracao.gov.br/

*Inclui partes de Minas Gerais e Espírito Santo inseridas na área de abrangência do FNE.

O percentual de valores contratados deveria estar alinhado com o maior número de operações, neste caso, realizadas por tomadores de pequeno porte. No entanto, em Pernambuco o FNE reafirma a tendência de atuar financiando com maior intensidade os grandes tomadores de crédito, bem como aqueles que disponham de projetos de

maior viabilidade econômica. E neste caso, como mencionado na seção anterior, há uma atração de grandes empreendimentos, sobretudo, industriais como resultado de fortes investimentos em torno de Suape e da expansão da infraestrutura que o estado tem aproveitado.

Além disso, para Pernambuco, quando se trata da possibilidade de contratar projetos de infraestrutura, o PROINFRA é acionado. Tal possibilidade pode estar contribuindo para um maior financiamento de empreendimentos de grande porte. Esses projetos, por suas características de mercado demandam um grande volume de recursos mesmo que direcionados a um ínfimo número de operações.

Portanto, até o presente momento o que se verifica é um alinhamento da atuação do FNE em Pernambuco com a sua atuação em termos gerais. A despeito de todas as explicações em curso, fica evidente a existência de falhas que indicam haver uma necessidade de melhor articulação entre o FNE e as políticas de desenvolvimento regional para que os objetivos do Fundo sejam alcançados em sua integralidade.

Porém, é importante destacar que diferente da Bahia, onde os tomadores de grande porte indicam estar ligados ao setor de Infraestrutura, no caso de Pernambuco estes pelo surto de investimentos em torno de Suape, parecem estar ligados ao setor Industrial. Lembrando que Suape fica entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho na Região Metropolitana do Recife, podemos inferir que há nesse sentido um reforço da concentração espacial das atividades produtivas. O que mesmo ocorrendo, não impede que externalidades positivas alcancem outras áreas mantendo com a RMR uma relação de complementaridade.

Nesse sentido, a análise da alocação setorial dos recursos confirma que a indústria tem sido o setor mais incentivado pelo FNE no território Pernambucano. Na Tabela 3, percebe-se que o setor industrial foi responsável por 0,8% das operações realizadas em Pernambuco entre 2000 e 2012, respondendo no mesmo período por 36,7% dos valores contratados, mais de R\$ 3,5 bilhões. Este percentual é maior que o encontrado para o caso do FNE (22,3%).

Das mais de 400 mil operações realizadas entre 2000 - 2012 observar - se que 95,4% se direcionaram ao setor rural. Os demais setores em conjunto representaram apenas 5,5%. Foram aplicados no setor rural mais de R\$ 1,7 bilhão, com uma representação de 18,6% do total contratado, menos do que o contrato pelo FNE em termos globais, 38,3%. Este setor, embora tenha capacidade de concentrar um elevado número de operações não tem conseguido elevação em suas contratações, talvez pelo fato de estar voltado para o PRONAF, que mesmo sendo importante têm em sua conta tomadores de menor porte e com menores condições de acesso ao crédito, pela grande parte do seu território se situar na área do polígono das secas e por causa do declínio de sua agroindústria canavieira.

Ainda à frente do setor rural temos o setor de serviços com 20% dos recursos, e com uma representação de 3,7% das operações. No período de referência foram realizadas mais de 15.000 operações no setor, que juntas absorveram mais de R\$ 1,9

bilhão. O setor de serviços tem sua maior concentração na capital do estado, Recife, que é um tradicional polo de serviços. Os segmentos de maior destaque são: comércio, serviços médicos, serviços de informática e de engenharia, consultoria empresarial, ensino e pesquisa, atividades ligadas ao turismo, ou seja, setores modernos e intensivos em capital.

Programas	Operações			Valores contratados		
	Pernambuco /FNE	PE	FNE	PE/ FNE	Pernambuco	FNE
Rural	11,1	95,4	96,4	7,0	18,6	38,3
Agroindustrial	14,3	0,1	0,05	13,2	2,4	2,6
Industrial	16,4	0,8	0,5	23,7	36,7	22,3
Turismo	8,8	0,04	0,05	31,4	6,2	2,8
Infraestrutura	4,2	0,01	0,01	16,2	16,2	14,4
Serviços	14,2	3,7	2,9	13,9	19,8	19,5
Total		100	100		100	100

Tabela 3 - FNE:

Pernambuco - nº de operações realizadas e valores contratados por programa 2000-2012

Fonte: SIG/MI www.integracao.gov.br.

O setor de infraestrutura absorveu mais de 16% dos valores contratados, respondendo por um ínfimo número de contratações, apenas 17 projetos. A despeito disso, o mesmo atraiu mais de R\$ 1,5 bilhão com o custo médio por operação na ordem de R\$ 88,2 milhões. O que indica que se trata de grandes projetos que podem servir para promoção de melhorias e como pontes de viabilidade para que áreas menos privilegiadas possam se inserir no processo de desenvolvimento. Isso, se estes em Pernambuco estiverem sendo direcionados a essas áreas.

Fato relevante é a participação do setor de turismo na relação PE/FNE. O estado de Pernambuco apresenta significativo potencial turístico. O percentual de Pernambuco nesse setor em relação às contratações globais do FNE é natural diante de suas atrações históricas, naturais e culturais. Assim, o estado responde por 31,8% das contratações globais para o setor e junto à Bahia responde por mais de 60% dos valores contratados, ficando os demais estados com o percentual de 40%. Além disso, em 2007 somente as atividades de alojamento e alimentação, já representavam 2,1% do PIB Estadual, sendo um indicativo da relevância deste segmento para a economia do Estado (SOUZA e FREIRE, 2014). Entretanto, percebe-se que excluindo a relação PE/FNE, em Pernambuco o setor atraiu apenas 6,2%, cerca de R\$ 602 milhões. Já o setor agroindustrial, tanto em Pernambuco quanto no conjunto do FNE está entre os setores que menos absorveram recursos. Em Pernambuco, este foi responsável por apenas 253 operações correspondendo a 0,1% e empregando pouco mais de R\$ 236 milhões, o que corresponde a 2,4% do total contratado no estado.

Assim, Pernambuco não se depara com o mesmo fenômeno que ocorre no FNE em seu conjunto, onde a maior parte dos recursos se concentra no setor rural indo de encontro a composição do PIB estadual e regional. Embora o setor terciário seja

destaque na economia Pernambucana, entre os anos 60 e 2000 é o setor secundário que ganha expressividade na composição do PIB estadual. Corroboraram para um maior desenvolvimento da indústria a partir dos anos 60, o fortalecimento de atividades em torno da agroindústria açucareira e os incentivos e projetos da SUDENE. De modo que, se por um lado a indústria cresce, por outro, o setor primário perde espaço na composição do PIB estadual chegando ao fim da primeira década do século XXI com uma participação de apenas 4,5%. Esta, por sua vez, não mais fortemente baseada no cultivo da cana-de-açúcar, mas, também em outros segmentos, a exemplo da fruticultura irrigada.

Embora, em Pernambuco a maior parte das contratações seja feita no setor rural, diferente do FNE como um todo, é no setor industrial que se concentra a maior parte dos valores contratados, mais de 35%. Logo, é possível admitir que a atuação do FNE esteja colaborando para um melhor desempenho do setor industrial. Sendo possível argumentar também, que a atividade industrial esteja sendo impulsionada pelos investimentos direcionados ao setor de infraestrutura, segundo mais incentivado no estado, e de suma importância para promoção do desenvolvimento.

Por outro lado, é preciso observar como tem acontecido à distribuição espacial dos recursos dentro dos limites correspondentes à Pernambuco. Isso, trazendo a memória se os objetivos do FNE estão se cumprindo para o caso estadual ou não. Se o Fundo tem atuado para concentrar ou desconcentrar as atividades produtivas, diminuir ou aumentar as desigualdades intra-regionais.

Mesmo diante de um relativo processo de desconcentração produtiva, o FNE tende a se comportar como financiador das regiões e municípios mais bem estruturados em termos socioeconômicos, destinando a estes a maior parte de seus recursos. Existe um fluxo de recursos para áreas carentes, mas que ainda é insuficiente, sendo necessário um maior financiamento, sobretudo, pelo fato de que estas áreas foram excluídas do processo de desenvolvimento vivenciado pelas grandes e médias cidades do Nordeste. No caso de Pernambuco, a cidade do Recife se consagra como maior receptora dos recursos contratados pelo FNE. Entretanto, para analisar como tem acontecido à distribuição espacial dos recursos, dividimos a análise em dois períodos 2000/2005 e 2006/2010, mostrando as mudanças de posição no ranking dos municípios que mais contrataram recursos junto ao FNE.

Nesse sentido, a Tabela 4 descreve a lista dos 15 municípios considerados como maiores tomadores de empréstimos entre 2000 e 2005. Como é perceptível os 15 municípios em destaque responderam no período por mais de 64% dos recursos contratados no Estado, o que vem a reforçar a ideia de concentração da distribuição espacial. Além disso, seis desses municípios fazem parte da Região Metropolitana do Recife (RMR) são eles: Recife, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Abreu e Lima e Moreno, este último ocupando a 13ª posição no Ranking.

Juntos, os municípios da RMR responderam no período por quase 40% dos recursos, portanto há concentração da distribuição espacial nessa região. É preciso ressaltar também que a RMR como um todo tem sua economia atrelada a prestação de serviços e uma forte diversificação na atividade industrial, sendo responsável por

64,5% do PIB de Pernambuco conforme dados de 2010. O destaque na região está para Recife, capital do estado, que se destaca nos segmentos da saúde, tecnologia, indústria de bens de consumo, no varejo, serviços, construção civil e etc.

Municípios	Valores contratados	
	R\$ mil	%
1. Recife	241.726	25,0
2. Vitória de Santo Antão	90.015	9,3
3. Petrolina	58.148	6,0
4. Ipojuca	35.028	3,6
5. Cabo de Santo Agostinho	32.408	3,3
6. Jaboatão dos Guararapes	29.411	3,0
7. Paulista	25.352	2,6
8. Abreu e Lima	17.269	1,8
9. Lagoa do Itaenga	14.649	1,5
10. Lagoa Grande	14.391	1,5
11. Sta Maria da Boa Vista	13.332	1,4
12. Gravatá	13.173	1,4
13. Moreno	11.760	1,3
14. Serra Talhada	11.583	1,2
15. Caruaru	11.298	1,2
Total	619.543	64,1
Demais municípios	347.395	35,9
Total	966.938	100

Tabela 4

Pernambuco: 15 maiores municípios tomadores de cursos do FNE 2000- 2005

Fonte: Ministério da Integração Nacional. Elaboração própria.

Quanto aos demais municípios, Ipojuca se destaca nas atividades portuárias, indústria de bens de consumo, naval, petroquímica, metalmeccânica e de componentes para geração de energia eólica. Cabo de Santo Agostinho nas atividades industriais, sobretudo, as geradas a partir do Complexo Industrial e Portuário de Suape que favoreceu o surgimento de um parque industrial a seu redor e também nas atividades ligadas ao turismo. Jaboatão dos Guararapes na indústria farmacológica, de bens de consumo, polo logístico e varejo. Com menores percentuais de contratações na RMR, Abreu e Lima se destaca predominantemente no setor de comércio e serviços com destaque para alimentação e o município de Moreno nas indústrias de bens de consumo (QUEIROZ, 2014). Já entre os principais receptores fora da RMR, dois municípios se destacam no período em análise: Vitória de Santo Antão e Petrolina. Em relação a Petrolina, o seu comércio é diversificado e a cidade serve como polo de abastecimento de alimentos, medicamentos e vestuário para cidades vizinhas. Através de ações do governo estadual e loteamento das áreas de seu Distrito Industrial, Petrolina tem atraído indústrias, sobretudo, no subsetor da agroindústria de alimentos, além de receber indústrias químicas e mecânicas, dentre outros segmentos. Entretanto, o destaque para o município está na fruticultura irrigada. “A região de Petrolina, devido

ao clima seco e a irrigação, tornou-se a maior exportadora de frutas e o segundo maior centro vinícola do país” (Fonte: www.petrolina.pe.gov.br).

Entre os anos de 2006-2010, é possível verificar através da Tabela 5 que o quadro referente aos maiores tomadores de recursos do FNE passou por poucas mudanças, e que na verdade sobe para oito os municípios da RMR que figuram entre os maiores beneficiados. Abreu e Lima e também Moreno, últimos colocados no Ranking da RMR perdem posição e três novos municípios são incluídos ainda que nas últimas posições, são eles: Itapissuma, Fernando de Noronha e Olinda.

Assim, a RMR continua concentrando a maior parte dos recursos do FNE liderada pela capital do Estado. Além disso, é possível perceber que o percentual de contratação para os 15 municípios chega a 70% do total de recursos contratados em termos globais, logo, para os quase 170 municípios restantes, sobraram apenas 30% dos recursos disponibilizados pelo FNE. Dentre os municípios mais bem colocados nesta nova análise e que não pertencem a RMR, estão Salgueiro, Caruaru, Itaquitinga e São José do Belmonte. Salgueiro tem a sua economia baseada na agricultura e comércio varejista, Caruaru tem o comércio como base central de sua economia, Itaquitinga e São José do Belmonte o comércio e agricultura. Nestes casos, é possível inferir que boa parte dos recursos contratados sejam direcionados à programas rurais, a exemplo do PRONAF.

Municípios	Valores contratados	
	R\$ mil	%
1) Recife	602.312	12,0
2) Ipojuca	463.214	9,2
3) Petrolina	372.260	7,4
4) Salgueiro	371.452	7,4
5) Vitória de Santo Antão	321.281	6,4
6) Caruaru	263.833	5,3
7) Itaquitinga	230.286	4,6
8) Cabo de Santo Agostinho	225.101	4,5
9) Jaboatão dos Guararapes	192.955	3,8
10) S. José do Belmonte	107.874	2,1
11) Belo Jardim	98.076	2,0
12) Itapissuma	93.963	1,9
13) Fernando de Noronha	69.509	1,4
14) Olinda	47.385	1,0
15) Serra Talhada	45.926	0,9
Total	3.505.427	69,9
Demais municípios	1.506.783	30,1
Total	5.012.210	100

Tabela 5 - Pernambuco: 15 maiores municípios tomadores de recursos do FNE 2006-2010

Fonte: Ministério da Integração Nacional. Elaboração própria

Assim, em termos de distribuição espacial por municípios, o que se verifica é uma concentração de recursos em municípios mais bem estruturados ou que se

situam no entorno de áreas de maior adensamento produtivo. Isso se comprova pela participação dos municípios da RMR e pelo fato de que mesmo quando municípios de áreas mais carentes se enquadram entre os maiores receptores de recursos, estes nas suas respectivas áreas são em geral os mais bem estruturados. Exemplo disso é o município de Serra Talhada que, embora situado no Sertão do Pajeú (semiárido), possui uma importante infraestrutura destacando-se nas áreas de comércio, lazer e cultura.

De modo que, dando continuidade a análise da distribuição espacial, embora não tenhamos feito a análise para todos os municípios de forma particularizada ou ainda por faixa populacional, fizemos uma análise baseada nas 19 microrregiões que formam o estado de Pernambuco. É nesse sentido que a Tabela 6 apresenta indicadores para PIB, população e FNE. A respeito do PIB, cinco microrregiões se destacam: Recife (48,4%), Suape (14,2%), e Ipojuca (6,5%), Petrolina (4,4%) e Mata Setentrional Pernambucana (4,0%), respondendo juntas por 77,5% do PIB total em termos estaduais segundo dados de 2010.

No caso destas microrregiões, Recife, Suape e Petrolina estão entre as que possuem PIB per capita significativamente maior e figuram entre as principais receptoras de recursos do FNE. Juntas respondem por 43,5% dos recursos e anexadas à microrregião do Vale do Ipojuca ultrapassam 50%.

Microrregiões	2010 (PIB)	(%)	2010 (Pop)	(%)	PIB Per capita	FNE (em mil)	(%)	FNE per capita
Alto Capibaribe	729.206	1,7	273.729	3,1	2.663	70.655	1,2	258
Arapipina	681.595	1,6	307.642	3,5	2.215	166.090	2,7	539
Brejo Pernambucano	486.830	1,1	216.390	2,4	1.582	206.038	3,4	952
Fernando de Noronha	15.006	0,03	2.630	0,03	5.705	80.153	1,3	30.476
Garanhus	1.208.987	2,8	442.117	5,0	2.734	155.020	2,6	350
Itamaracá	808.600	1,9	165.830	1,9	4.876	144.020	2,4	868
Itaparica	590.315	1,4	134.212	1,6	4.398	67.915	1,1	506
Mata M. Pernambucana	1.524.190	3,6	559.290	6,3	2.725	129.520	2,1	231
Mata S. Pernambucana	1.695.977	4,0	535.768	6,1	3.165	479.567	8,0	895
Médio Capibaribe	570.361	1,3	253.176	2,9	2.252	93.160	1,5	367
Pajeú	792.250	1,9	314.603	3,6	2.518	136.037	2,3	432
Petrolina	1.874.004	4,4	443.991	5,0	4.220	557.274	9,3	1.255
Recife	20.551.752	48,4	3.259.055	37,1	6.306	1.242.007	20,7	381
Salgueiro	410.556	1,0	162.029	1,8	2.533	535.766	9,0	3.306
Sertão Moxotó	521.512	1,2	212.556	2,4	2.453	63.842	1,1	300
Suape	6.055.535	14,2	265.662	3,0	22.794	755.921	12,6	2.845
Vale do Ipanema	428.135	1,1	180.017	2,0	2.378	64.439	1,1	357
Vale do Ipojuca	2.777.127	6,5	852.171	9,7	3.258	578.353	9,7	678
Vitória de Santo Antão	750.256	1,8	215.580	2,4	3.480	453.371	7,6	2.103
Total	42.472.194	100	8.796.448	100	4.360	5.979.148	100	2.478

Tabela 6 - Pernambuco: Indicadores do PIB, população e FNE segundo microrregiões 2000/2010

Fonte: IPEA para PIB e população, MI para FNE 2000-2010. Elaboração própria.

Logo, diferente da Bahia onde de 33 microrregiões, apenas duas respondem por mais de 50% dos recursos recebidos do FNE, em Pernambuco quando feita a análise tomando por base o recorte territorial, percebe-se a existência de uma maior capilaridade. Dessa forma, várias microrregiões além das já citadas, acabam ganhando destaque e recebendo recursos do FNE que ultrapassam em termos proporcionais as suas contribuições para o PIB estadual.

Observa-se pela Tabela que as duas microrregiões que mais receberam recursos do FNE foram Recife e Suape. Embora isso tenha ocorrido, estas regiões juntas receberam menos do que as suas participações no PIB estadual, contrataram 33% dos recursos, quando participam com mais de 62% do PIB Pernambucano. Na microrregião do Recife, se destacam os municípios de Recife e Jaboatão dos Guararapes. Na microrregião de Suape se destacam os dois municípios, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

A despeito do que acontece com Recife e Suape, microrregiões como a Mata Setentrional Pernambucana, Petrolina, Salgueiro, Vitória de Santo Antão e Vale do Ipojuca, receberam valores muito acima de suas contribuições para o PIB. Na microrregião da Mata Setentrional se destacam municípios como Itaquitinga e Goiana, este último com um comércio forte, cultivo de cana-de-açúcar, coco-da-baía, mandioca e fumo. Além de possuir um distrito industrial e polo farmacológico e de biotecnologia, em tempos mais recentes tem sido impactado pelos investimentos em seu polo automotivo, sem deixar a margem suas atividades tradicionais na produção de cimento, embalagens de papelão, açúcar, cal, casos de algodão, móveis e artefatos de fibra de coco (Fonte: <http://goiana.pe.gov.br/>). Na microrregião de Petrolina se destaca o município de Petrolina, sobretudo, na fruticultura irrigada e na agroindústria como citado anteriormente. Na microrregião do Salgueiro se destacam Salgueiro e São José do Belmonte, ambos já mencionados. Na microrregião de Vitória de Santo Antão se destaca o município que dá nome a microrregião, sendo classificado como importante polo comercial do interior pernambucano. A microrregião em seu conjunto é voltada para o cultivo da cana-de-açúcar.

Na Vale do Ipojuca, se destacam os municípios de Caruaru (já comentado) e Belo Jardim, onde este último tem como principal atividade a agroindústria, comportando também a matriz de uma importante indústria do segmento automotivo voltada à produção de acumuladores de chumbo-ácido, a Acumuladores Moura S.A, conhecida como Baterias Moura (Fonte: <http://www.dpnet.com.br/>).

Analisando o FNE em termos per capita, percebemos que a microrregião de Fernando de Noronha se destaca. É preciso guardar esta relação de destaque com o fato de que Noronha possui o menor índice populacional fazendo crescer esta variável, bem como o seu PIB per capita. No entanto, possuindo um só município a microrregião além de ter contratado junto ao FNE valor superior a outras regiões, é sem sombra de dúvida um forte polo turístico.

A microrregião do Brejo Pernambucano é a última (19ª) em termos de PIB ou renda per capita e ocupa a 6ª posição no FNE per capita. Por outro lado, a microrregião do Recife, embora tenha a segunda maior renda per capita do estado, tem uma das

menores participações no FNE guardando uma relação negativa entre riqueza e empréstimos. Já no caso de Suape, microrregião em que o PIB tem crescido acima das médias estadual, regional e nacional, a relação é positiva, certamente, como resposta as demandas empresarias: entre 2005 e 2010 a microrregião de Suape cresceu, em termos nominais, a uma taxa média de 12,31% ao ano, superior às taxas de crescimento de Pernambuco (11,36%), da região Nordeste (10,38%) e do Brasil (9,84%). Isso nos faz lembrar que vários empreendimentos se instalaram em volta de seu complexo portuário, sobretudo, setores relacionados à indústria de petróleo e à petroquímica, considerados como de suma importância, dada a sua capacidade de encadeamento de outras atividades tanto a jusante quanto a montante (RIBEIRO et al., 2013). Mesmo diante de casos como o de Suape e outras microrregiões que guardam uma relação positiva, há um indicativo de que de fato existe uma maior capilaridade do FNE em Pernambuco. O que tem contribuído para desconcentração produtiva e consequente redução das desigualdades intra-estaduais, ainda que haja a possibilidade de que municípios mais bem estruturados em cada microrregião fiquem com a maior parcela dos recursos.

Ressaltando o objetivo do FNE de financiar atividades produtivas no semiárido, é necessário destacar que em Pernambuco as regiões que compõe esse território responderam por 45% (Tabela 7) dos recursos aplicados entre 2000 e 2010. Valor percentual que supera em quase 20% o que foi aplicado na região semiárida do estado da Bahia, situando-se acima do percentual aplicado pelo FNE em toda a região.

O BNB possui 33 agências no estado de Pernambuco e 51% dessas agências se localizam no semiárido, mas ocorre que, como Pernambuco possui 122 municípios na região semiárida, o BNB e por consequência o FNE tem tido uma melhor capilaridade: uma agência no semiárido pernambucano responde por sete municípios, indicador passível de ser uma das causas fortalecedoras do desempenho do FNE na região. Assim, embora não se cumpra rigorosamente o objetivo de destinar ao semiárido 50% dos recursos, é preciso reconhecer que no estado o FNE tem alcançado estas áreas com maior êxito.

Região	Valores	%
Semiárido	2.694.589	45,1
Fora da Semiárido	3.284.559	54,9
Total	5.979.148	100,0

Tabela 7 - PE – Valores acumulados por região 2000-2010

Fonte: Ministério da Integração Nacional Elaboração própria

A despeito disso, das 19 microrregiões que compõem o estado de Pernambuco, 12 delas estão ligadas aos municípios que fazem parte do semiárido, composto por 66% de um total de 184 municípios pernambucanos. Dentre as microrregiões do semiárido se destacam em relação aos valores contratados junto ao FNE: Petrolina, Salgueiro e Vale do Ipojuca. As microrregiões semiáridas de maior carência em relação à valores contratados são, respectivamente, as de Itaparica, Sertão Moxotó e Vale do Ipanema.

De maneira que fazendo a análise a partir da classificação proposta pela PNDR, que tem como objetivo alcançar microrregiões consideradas como mais carentes e, portanto, prioritárias para aplicação de recursos, no caso de Pernambuco as de renda estagnada se destacam tanto em operações, quanto em valores, conforme mostra a Tabela 8. Entre 2000 e 2010 as microrregiões classificadas como de renda estagnada, obtiveram uma média de operações de 46,1% e de 49,4% dos valores contratados.

Em Pernambuco, de acordo com a tipologia adotada pela PNDR, as microrregiões com rendimento domiciliar médio e com baixo crescimento econômico são responsáveis pela concentração da maior parte dos recursos do FNE.

ANOS	TIPOLOGIA							
	Alta Renda		Baixa Renda		Dinâmica		Estagnada	
	OP	Valor	OP	Valor	OP	Valor	OP	Valor
2000	2,3	4,6	19,4	12,9	40,4	41,7	37,8	40,8
2001	0,2	16,7	10,5	8,7	45,7	32,6	43,6	42,0
2002	3,5	4,4	22,5	21,9	38,7	38,7	35,3	35,1
2003	4,0	38,9	32,7	11,6	19,4	13,2	43,9	36,3
2004	1,7	33,8	25,9	5,0	27,2	6,9	45,0	54,2
2005	1,8	40,8	24,5	8,6	23,2	8,6	50,4	41,9
2006	1,8	29,3	20,6	8,3	22,7	10,3	54,8	52,0
2007	2,4	9,7	17,2	13,3	30,6	11,8	49,8	65,2
2008	3,0	20,0	17,9	6,0	30,8	17,1	48,2	56,8
2009	3,2	9,6	13,8	2,5	33,8	19,3	49,2	68,6
2010	28,3	2,3	5,3	19,3	16,9	28,2	49,5	50,1
Média	4,7	19,1	19,1	10,7	29,9	20,8	46,1	49,4

Tabela 8 - Pernambuco: Operações e contratações por Tipologia da PNDR2000/2010

Fonte: SIG/MI www.integração.gov.br. Elaboração própria.

Ficando em desvantagem as microrregiões de baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo, nas quais impera situações de extrema pobreza e debilidade produtiva. Por outro lado, de forma clara, mesmo que nas microrregiões de alta renda um ínfimo número de operações venha a requerer um percentual de recursos relativamente alto, uma menor participação das mesmas indica uma maior dissipação dos recursos entre as demais tipologias.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Pernambuco os tomadores de menor porte concentram a maior parte das operações e os tomadores de maior porte concentram a maior parte dos valores contratados, com percentuais maiores que os do FNE como um todo. Os dados indicam financiamento em torno de grandes projetos, trazendo à tona a lógica de financiamento do FNE ser influenciada, sobretudo, pela demanda. Em termos de alocação setorial conclui-se que em Pernambuco a atividade mais incentivada tem sido o setor industrial,

ultrapassando inclusive os limites de financiamento verificados para o Nordeste. Isso se deve aos grandes investimentos industriais em torno de Suape e seu complexo industrial, mas também a existência de outros setores industriais de menor porte, que ao longo da última década, quer por vantagens fiscais, locacionais ou creditícias acabaram instalando suas unidades no território pernambucano.

Nesse sentido, é preciso destacar que a indústria pernambucana a despeito de seus períodos de inflexão, pode ser considerada como diversificada e não claramente especializada na produção de um determinado grupo de bens. Essa diversificação e maior incentivo garante à indústria pernambucana certas vantagens comparativas dentro da região, ainda que a produção de bens de consumo durável e de capital tenha, como no caso do Nordeste, uma estrutura limitada, evidenciando a falta de maiores atrativos para incorporar investimentos nos setores de maior dinâmica e intensidade tecnológica (SAMPAIO, 2015).

No tocante a alocação ou distribuição espacial, verifica-se que o FNE também concentra boa parte de sua atuação no financiamento de municípios e microrregiões mais bem estruturadas e com maior adensamento produtivo. No entanto, há claramente uma grande capilaridade dos recursos. Em Pernambuco, a despeito da maior participação de Recife e Suape, é inegável que várias microrregiões tem participação considerável na aquisição de recursos, inclusive superando as suas participações no PIB estadual, se bem que isso não quer dizer que não continuem a necessitar de tais ou mais recursos para desenvolver suas cadeias produtivas.

Quanto ao seu semiárido, o percentual que lhe é destinado ainda que não cumpra a meta de 50%, é, em relação ao Nordeste, o que mais se aproxima desta, podendo nos levar a conclusão de que o semiárido pernambucano tem sido melhor assistido e que como resultado dessa assistência há uma melhor dissipação dos recursos nos municípios e microrregiões que o formam. Além disso, a distribuição dos recursos de acordo com a tipologia da PNDR também mostra que mesmo com contradições, em Pernambuco os recursos estão, de certa forma, mais bem repartidos que em outros Estados.

Em suma, para todos os casos o que pudemos concluir é que o FNE para cumprir seus objetivos e contribuir mais para redução das desigualdades inter ou intra-regionais, teria que promover uma maior articulação entre os grandes e pequenos investimentos, direcionando-os de tal forma que haja uma vinculação entre setores e atividades menos desenvolvidas e os recursos que de fato são direcionados a determinada região. Embora os recursos do FNE tenham peso considerável na estruturação da economia nordestina e do estado em questão, as suas ações foram muito mais condicionadas pela lógica do mercado, criando uma linha tênue entre o processo decisório e a execução da PNDR, pois enquanto o seu planejamento é decidido em nível macro, sua execução ocorre em nível micro.

REFERÊNCIAS

- ADG – Agência de Desenvolvimento de Goiana. **A cidade das oportunidades**. Disponível em <<http://goiana.pe.gov.br/>>. Acesso em 12/04/2014.
- BCB. Banco Central do Brasil. **Despesas e arrecadação**. Disponível em <www.bcb.gov.br>. Acesso em 12/04/2014.
- BNB. Banco do Nordeste do Brasil. **Balanços anuais**. Disponível em <www.bnb.gov.br>. Acesso em 12/03/2014.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MI), **Boletim regional, N. 3, 2006**.
- . Ministério da Integração Nacional (MI). **Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Disponível em www.mi.gov.br.
- . Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Resultado do Tesouro Nacional**. Disponível em <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br>> Acesso em 27/12/2013.
- CARDOZO, S. A. **Guerra Fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990**. Unicamp, Instituto de Economia. Tese de Doutorado, 2010.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **De Belo Jardim para o mundo**. Publicado em 29/04/2014. Disponível em < <http://www.dpnet.com.br> >. Acesso em 29/04/2014.
- GALVÃO, A.C.; VASCONCELOS, R. **Política regional à escala sub-regional: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional**. Texto para discussão, n. 665. IPEA. Brasília, 1999.
- GALVÃO, O. J. de Arroxelas. **A Economia de Pernambuco: Da longa estagnação a um novo ciclo de crescimento sustentado**. I Encontro Pernambucano de Economia, Recife, agosto de 2012. Disponível em <<http://linkpe.com.br/enpecon/lista.php>>. Acesso em 21/03/2014.
- IBGE. Instituto Bras. de Geografia e Estatística. **Contas Regionais**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 07/04/2014.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Base de dados macroeconômicos do IPEADATA**. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>.
- LIMA, J. P. R ; SICSÚ, A. B; PADILHA, M. F. G. Economia de Pernambuco: Transformações Recentes e Perspectivas no Contexto Regional Globalizado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez, 2007, p. 526-541.
- LIMA, J. P. e Katz, F. A Economia de Pernambuco: Perda de Dinamismo e a Necessidade de Buscar Caminhos Possíveis. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.9 n. 1, janeiro - junho, 1993, p.41-64.
- MACÊDO, F. C. de e MATOS, E. N. O papel dos Fundos Constitucionais de Financiamento no Desenvolvimento Regional Brasileiro. **Ensaio FEE**, V. 29, n. 2, 2008 p. 355 – 384.
- PETROLINA. Prefeitura de Petrolina. **Conheça Petrolina**. Disponível em <<http://www.petrolina.pe.gov.br>>. Acesso em 12/04/2014.
- QUEIROZ, R. **Especial Nordeste**. Você S/A, São Paulo, Ed. 191, abril de 2014, p. 48-60.

RIBEIRO, L. C. d. S.; LOPES, T. H. C. R.; SIMOES R. F.; MOREIRA T. de Moraes. **Suape: Novo polo de crescimento?** Texto para discussão N° 478, FACE/CEDEPLAR/UFMG, Maio de 2013.

SAMPAIO, Daniel Pereira. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil.** 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas São Paulo, 2015.

SANTO ANTÃO. Portal da Prefeitura de Santo Antônio. **A cidade /economia.** Disponível em <<http://prefeituradavitoria.pe.gov.br/>>. Acesso em 12/04/2014

SOUZA, C. L. F.; FREIRE, M. A. S. **O Impacto do Turismo na Economia Pernambucana.** Disponível em <<https://uspdigital.usp.br/>>. Acesso em 10/04/2014.

COÊLHO, Vitarque L. P. **A esfinge e o Faraó: a política regional do Governo Lula (2003/2010).** 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-32-1



9

788585 107321